



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação Profissional.

CONTRARREFORMA UNIVERSITÁRIA NA PERIFERIA CAPITALISTA: INFLEXÕES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

DONIÊGO FERREIRA DE LIMA¹
JULIANA NUNES PEREIRA²

Resumo: O presente trabalho configura-se como uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório. Nos pautaremos em contributos fornecidos pelo materialismo histórico dialético, visando realizar uma análise crítica acerca do processo de expansão do ensino superior brasileiro mediante a predatória necessidade de reprodução do capital na contemporaneidade. Para tanto, será necessária abordagens referente ao redimensionamento do Estado sob os comandos dos organismos internacionais. A posteriori, buscaremos avançar nas análises do desenvolvimento da política neoliberal e a subsunção do conhecimento ao capital, materializados nos mecanismos de mercantilização e privatização responsáveis pelos efeitos deletérios nas políticas educacionais brasileira e no Serviço Social.

Palavras-chave: Contrarreforma do Estado; Contrarreforma Universitária.; Serviço Social.; Neoliberalismo.

ABSTRACT: The present work is configured as a bibliographic research, of an exploratory nature. We will focus on contributions provided by dialectical historical materialism, aiming at a critical analysis of the process of expansion of Brazilian higher education through the predatory need for reproduction of capital in contemporary times. In order to do so, it will be necessary to approach the resizing of the State under the command of international organizations. A posteriori, we will seek to advance in the analysis of the development of neoliberal politics and the subsumption of knowledge to capital, materialized in the mercantilization and privatization mechanisms responsible for the deleterious effects in the Brazilian educational policies and Social Work.

keywords: State Counter-Reformation; University Counter-Reformation; Social Service; Neoliberalism.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <doniegolima@hotmail.com>

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba.

1. INTRODUÇÃO

Compreender os rebatimentos da ofensiva do capital sob o sistema educacional brasileiro, especialmente a partir dos anos 1990, requer o desenvolvimento de um percurso teórico-analítico em torno das árduas configurações registradas nos diversos espectros das relações constitutivas do processo de produção e reprodução do capital, visando apreender e explicitar os elementos que caracterizam o conjunto de reações da burguesia à crise capitalista contemporânea que emergiu nos anos 1970.

Destarte, para traçar esse percurso analítico, partimos da compreensão de que o Serviço Social e, tampouco, a Universidade e a formação profissional, não são instâncias isentas de contradições. Ao contrário, o campo no qual situamos nossa compreensão do problema, nos serve de pano de fundo para afirmar que a perspectiva da totalidade inscrita no método em Max nos parece a via possível para apreender o real em suas múltiplas determinações, articulando aparência e essência em sua relação dialética.

A fundamentação sócio-histórica dessa realidade concreta situa-se no campo da operacionalização governamental no bojo do atendimento as necessidades de adequação do Estado nacional às exigências de desenvolvimento da política neoliberal. Os resultados aparecem de forma muito evidente no conjunto de metamorfoses política, econômicas e sociais sob a ótica da mercantilização e privatização.

É nessa perspectiva que se fundamenta a indagação em torno do perfil de assistentes sociais que estão sendo formados, considerando que as políticas educacionais não apresentam de forma consistente o interesse em torno da garantia do acesso do corpo discente à experiências como pesquisa e extensão, elementos que podem proporcionar um avanço não apenas no que diz respeito ao robustecimento do arcabouço teórico, mas também no terreno do desenvolvimento da capacidade crítico-reflexiva e do empenho ético-político.

É de suma relevância desenvolver apontamentos relativos à formação profissional em Serviço Social e as respectivas possibilidades de efetivação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) no contexto de aprofundamento da precarização do ensino público e da expansão do ensino privado e EAD, inviabilizando um processo formativo que capacite proficuamente os/as assistentes sociais a atuarem no enfrentamento das expressões da questão social.

O estudo em tela desenvolve-se com o objetivo de analisar de forma crítica o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro, sobretudo, a partir da lógica de flexibilização do processo formativo como estratégia do Estado a serviço do capital.

2. CONTRARREFORMA EDUCACIONAL EM TEMPOS DE FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO ENTRE CAPITAL E ESTADO

As metamorfoses de cunho político, econômico e social ora em curso são determinadas pelo desenvolvimento das relações sociais em condições históricas, eivadas de contradições peculiares à produção da riqueza na sociabilidade do capital, onde o Estado aparece, indubitavelmente, como instrumento de manutenção dos interesses da burguesia.

Nessa conjuntura histórica, a reestruturação produtiva e a mundialização do capital representam a efetivação das estratégias de enfrentamento por parte da classe dominante à crise do capital, impondo aos estados nacionais uma verdadeira revolução tecnológica, intrinsecamente vinculada às inéditas características da estrutura produtiva, além de provocar profundas retrações no campo das políticas sociais, que são direitos oriundos das históricas reivindicações dos setores populares.

Nesse diapasão, o Estado passa a ter o seu papel metamorfoseado para atender aos ditames dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, o que

implica no desenvolvimento de ações mínimas para o social em detrimento de uma abertura máxima para o capital.

É evidente que nas últimas duas décadas o Estado nacional experimenta as mais intensas e prejudiciais alterações no quadro político-econômico e social, resultante da aliança entre as orientações internacionais e apoio significativo da burguesia brasileira, proporcionando as bases para o desdobramento de uma contrarreforma, pautada especialmente na fragilização das políticas sociais, sobretudo a partir do empresariamento da Educação, da Saúde e da Previdência Social.

Apesar do recente encontro do Brasil com as perspectivas democráticas, cristalizadas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o ideário conservador neoliberal que, segundo Pereira (2007), defende o Estado mínimo, a focalização e seletividade das políticas sociais para grupos determinados, pondo também em evidência a refilantropização social no interior da sociedade civil³, começa a se desenvolver rapidamente nos anos posteriores.

A fundamentação do processo de contrarreforma do Estado situa-se justamente na seara de desmonte do caráter universalista das conquistas constitucionais, distanciando o Estado no que se refere as suas responsabilidades, principalmente no campo da proteção social, e reafirmando a relação hierárquica que existe entre os países de capitalismo periférico e os países de capitalismo central.

É insofismável que o desdobramento da contrarreforma do Estado tem sua fase inicial no período governamental de Fernando Collor de Mello - eleito pelo expressivo apoio da burguesia nacional - que priorizou a efetivação da agenda de “reformas”, com elaboradas propostas de ajuste fiscal, flexibilização

³ Sociedade civil, para Gramsci, é o espaço em que as classes organizam e defendem seus interesses (através de associações e organizações, sindicatos, partidos etc.), é a esfera da elaboração e/ou difusão de valores, cultura e ideologias que tornam, ou não, conscientes os conflitos e as contradições sociais. Portanto, é nela em que se confrontam projetos societários, em que se desenvolve a luta pela construção de projetos hegemônicos de classe. (DURIGUETTO, M. L, 2007).

das relações e dos processos de trabalhos por meio do apoio as privatizações e terceirizações, que no mercado ganha expressividade através do salário, da jornada de trabalho, das vagas de emprego, e nas drásticas incidências sob a classe trabalhadora, considerando a transferência das responsabilidades do Estado ao setor privado, provocando uma crescente espoliação no âmbito dos direitos sociais básicos mais elementares.

Com o *impeachment* de Collor em 1992, Itamar Franco, seu vice, assumiu o poder e seguiu implementando o conjunto de reformas propostas pelos organismos internacionais, tendo como ministro da Fazenda o sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

Não obstante, Fernando Henrique Cardoso sucedeu Itamar Franco em 1995, aprofundando o processo de contrarreforma do Estado brasileiro, numa tentativa incessante de adequar o Brasil aos moldes da financeirização e mundialização do capital. Nesse sentido, FHC passou a repensar, bem como modificar o ensino superior e a investir na construção do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), em que Bresser Pereira foi nomeado para comandar e, na oportunidade, desenvolver um projeto essencialmente social-liberal.

A contrarreforma se desenvolveu assumindo um caráter especificamente reacionário, cuja concretude nas díspares esferas governamentais foram notórias e proficuamente relacionada a fragmentação das políticas sociais e a marcante regressão no campo das possibilidades de participações democráticas da população nas discussões e tomadas de decisão.

De acordo com Oliveira (2011, p. 142):

A reforma do Estado estabelecida pelo Plano Diretor representou um ataque a Constituição de 1988, principalmente ao princípio da seguridade social e ao funcionalismo público. Construiu-se uma ideia de reforma sustentada em orientações econômicas, com funções do Estado sendo transferidas para o mercado, principalmente as mais rentáveis, e redução dos direitos sociais com a reforma previdenciária, pois ao se incentivar os planos de previdência complementar (privados) transforma-se direitos em mercadorias.

Acrescenta-se a esse processo, a elevação exorbitante do exército industrial de reservas que, em outras palavras, seria a existência em grande escala de pessoas alijadas do mercado de trabalho, desvelando a compatibilidade do caráter desumanizador da ideologia burguesa com a voracidade da lei geral da acumulação capitalista, numa defesa ferrenha do ciclo de reprodução do capital e sua cultura visivelmente conservadora e consideravelmente regressiva.

Tais processos possuem intrínseca conexão com as alterações no padrão de acumulação capitalista durante o estágio imperial do capital. Identifica-se a exaustão do modelo fordista de produção instaurado nos “anos de ouro” do capital, abrindo espaço à uma forma de acumulação que assumiria o cerne da flexibilização das relações de trabalho. Como ressalta Harvey *apud* Paulo Netto e Brás (2012, p. 227)

A acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Mészáros (2009) aponta que as novas características constitutivas do padrão emergente de desemprego, partindo de uma concepção socioeconômica, representa um indicativo do aprofundamento da crise histórica e estrutural do capitalismo na contemporaneidade. É mister frisar que tais crises são na verdade contradições essenciais e peculiares ao modo de produção capitalista, sobretudo porque impulsiona o capital a desenvolver estratégias de saída da crise, criando, pois, as condições para seu fortalecimento.

Partindo da perspectiva do aprofundamento da condição periférica do Brasil, sobretudo com base no avanço do pensamento liberal e na conquista de dominação ideológica e exploração econômica por parte da burguesia nacional, registra-se nesse contexto histórico uma intensa busca do capital por novos

espaços de lucratividade. Nesse sentido, a política de educação superior passa a sofrer diversos impactos, sendo intensamente reestruturada de acordo com as necessidades das organizações capitalistas centrais.

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Roussef (2011-2016), foram desenvolvidas algumas políticas educacionais, como PROUNI⁴ e REUNI⁵, sob a égide do discurso de democratização do acesso ao ensino superior. No entanto, resguardando os aspectos positivos da emergência de tais políticas, é necessário frisar que elas não conseguem se desvincular das orientações dos organismos multilaterais, reforçando, pois, a lógica da expansão com base no incentivo à mercantilização do ensino superior.

Destarte, o crescente distanciamento do Estado ante suas responsabilidades na esfera dos direitos sociais, inseridos no circuito mercantil, faz parte dos dilemas sequenciais vividos pela sociedade civil, principiado pela falácia da “modernização”, inscrita nos governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), permanecendo no atual governo da Presidente Dilma Roussef (2011-2016).

O Estado segue à risca os critérios das grandes economias centrais, principalmente no que diz respeito as reformas institucionais da política de educação superior brasileira, de modo a atuar com forte investimento na formação de uma massa profissional difusora do projeto burguês de sociabilidade conformista e colaboracionista, assinalando ainda a obrigatoriedade de enquadramento ao modelo produtivista incorporado pelo

⁴ O Programa Universidade para Todos (PROUNI) é o programa do Ministério da Educação, que concede bolsas de estudos integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior em cursos de graduação e sequências de formação específica. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005.

⁵ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foi instituído pelo Decreto n. 6.096 de 24 de abril de 2007 e tem como objetivos “aumento de vagas no curso de graduação, a ampliação de oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que tem como propósito diminuir as desigualdades no país”. Colocar as notas onde você fala pela primeira vez destes programas

nível superior de ensino enquanto ferramenta de dominação ideológica da burguesia em sua fase catalisadora de campos de exploração e monopolização do conhecimento.

Essa é, pois, a base material e ideológica que rege o metamorfoseamento do sistema educacional brasileiro, em especial o de nível superior, justificando a expansão do ensino privado e a emergência do ensino a distância em detrimento da liberação de recursos para as universidades públicas.

A contrarreforma⁶ do ensino superior no país tem representado um verdadeiro risco a qualidade do processo de formação profissional, bem como a carreira docente, marcada, inclusive, pelo adoecimento dos/das professores/as como reflexo da sobrecarga e precarização das condições de trabalho. Além do mais, o aligeiramento da trajetória acadêmica comumente executada nos últimos tempos, significa uma pretenciosa estratégia das organizações interessadas em excluir do processo de ensino elementos de extrema relevância como o incentivo à pesquisa.

Albuquerque e Pereira (2016), ao analisar as transformações contemporâneas e os rebatimentos na formação superior profissional no Brasil, concebe a realidade a partir de seu movimento dialético e contraditório, explicitando que é preciso estabelecer um link entre suas mais diversas faces. Destarte, isso não apenas nos coloca diante da complexidade do real, como nos compele a trilhar um percurso investigativo mais rigoroso, sobretudo no trato das especificidades que perpassam a formação profissional em Serviço Social na atualidade.

3. CONTRARREFORMA UNIVERSITÁRIA E AS INCIDÊNCIAS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

⁶ Segundo Behring apud Soares (2007), esse processo comumente denominado de “reforma” do Estado, configura-se como uma contrarreforma, tendo em vista que possui um conteúdo conservador e regressivo em relação aos direitos conquistados na Constituição de 1988.

É no contexto de intensa regressão social, impulsionado pelo avanço da ofensiva neoliberal no território brasileiro, que a política de educação superior começa a sofrer profundos ataques, assumindo uma face cada vez mais mercantilizada, adequada as necessidades de acumulação capitalista.

A contrarreforma do Estado proporciona a expansão do ensino superior a partir de sua inserção na esfera mercadológica, privilegiando a parceria público/privada, ou seja, atrelando a perspectiva universitária ao setor empresarial, provocando a proliferação desordenada dos cursos de caráter presencial e a distância (EAD) ao invés dos investimentos no ensino superior público. “[...] não encontra mais sua razão de ser na distribuição o mais igualmente possível do saber, mas nas lógicas de produtividade e rentabilidade do mundo industrial e mercantilista [...]” (LAVAL, 2004, p. 43).

É importante destacar que:

As mudanças em curso desde 1996 estão indicadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mas foram as propostas de “reforma universitária” do Governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), seguidas pelas dos Governos Lula e Dilma (PT) que materializaram e agudizaram as propostas da LDB (BOSCHETTI, 2016, p. 17).

O explosivo processo de empresariamento da educação indica a tendência de mercantilização do acesso ao ensino superior, sobretudo em países subdesenvolvidos, de periferia capitalista expressiva, onde encontra uma massa consumidora em decorrência da existência de uma população marcada pela aproximação tardia no que tange a escolarização (PEREIRA, 2016).

É necessário apontar a responsabilidade do Estado mediante o desdobramento da mercadorização do ensino superior, especialmente porque ocorre um favorecimento das instituições privadas e EAD a partir da criação de um conjunto de medidas jurídico-normativas que asseguram o privilegiamento fiscal, visando à redução dos gastos e, conseqüentemente, a elevação das taxas de lucros.

As intervenções do Estado no âmbito das políticas educacionais, em que pese à condução a ótica empresarial, criou, em contrapartida, as condições

para um insofismável sucateamento das universidades federais, considerando o estrangulamento orçamentário das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e Instituições de Ensino Superior (IES), com ajustes fiscais, congelamento de concursos e salários, além de uma notável desvalorização da carreira docente.

É inconteste que o desmonte da educação superior se expressa, sobretudo, na redefinição dos espaços universitários, principalmente por meio do processo de privatização, da retirada da autonomia das universidades brasileiras e do incentivo a lógica do produtivismo acadêmico.

Essa expansão do ensino superior sob a lógica mercantil, especificamente nas particularidades dos países periféricos como o Brasil, caracterizados por uma economia marcadamente dependente, escancara a desastrosa subsunção das políticas educacionais ao capital, que não atribui relevância alguma a funcionalidade precípua dos espaços de produção do conhecimento, essencialmente voltados à dimensão do ensino, pesquisa e extensão.

Ao final do governo FHC para o início do governo Lula, e, posteriormente, no governo Dilma, as condições de expansão do ensino superior permaneceu alinhada à ótica do mercado e com meios cada vez mais consistentes para seu desenvolvimento profícuo. Logo,

Nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014), as diretrizes para a área educacional, com a manutenção da presença passiva do setor privado, mantiveram-se, ainda que com pequena redução da participação do setor privado, de 88,9%, em 2003, para 87,4%, em 2013, o que pode ser explicado principalmente levando-se em consideração a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por meio do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), e a sua implantação a partir de 2008 (PEREIRA, 2016, p. 37).

O REUNI estabelece uma verdadeira plêiade de objetivos, cujo conteúdo incide de forma negativa em vários aspectos da universidade. Dentre os muitos objetivos destaca-se a proposta de expandir, em cinco anos, as vagas do

ensino superior público⁷ e a alteração da relação professor/estudante de um para dezoito.

Dentro dessa perspectiva, é fundamental analisarmos as inflexões desse processo na formação profissional em Serviço Social, tentando apreender o conjunto de desafios postos ao fortalecimento de um processo formativo verdadeiramente crítico e de qualidade para intervir nas expressões da “questão social⁸”, bem como as estratégias de enfrentamento da categoria às imposições em curso.

No Brasil, os cursos de Serviço Social encontra-se em significativa expansão, uma realidade passível de indagações, sobretudo no que diz respeito ao quantitativo docente, se há uma correspondente ampliação em face de expansão do número de matrículas, bem como os impactos no processo de formação profissional em Serviço Social e ao modelo de desdobramento do Programa REUNI.

No contexto hodierno, a graduação em Serviço Social encontra-se perpassada de investidas mercadológicas, que ganham materialidade através do ensino nas instituições privadas e EAD, rebatendo com muita intensidade na formação profissional, tendo em vista que não assegura as condições necessárias à construção de um perfil profissional capaz de realizar uma apreensão crítica da realidade concreta e dinâmica, como prevista nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Para Boschetti (2016, p. 19)

O ensino de graduação presencial aligeirado, assim como o ensino de graduação a distância, não assegura a formação com a qualidade que está na pauta das históricas bandeiras de luta do movimento docente do Serviço

⁷ “Art. 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (BRASIL, 2007, s/p).

⁸ Segundo Iamamoto (2013, p. 27), a Questão Social pode ser definido como: o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Social brasileiro, como: educação como direito de todos e dever do Estado; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; processo formativo básico com perspectiva de totalidade e apreensão crítica da realidade; ensino do trabalho profissional em diferentes momentos do processo formativo e em várias disciplinas; realização do estágio presencial, com articulação estreita entre acompanhamento do supervisor acadêmico e de campo; realização de pesquisa e investigação como princípio formativo que deve perpassar todo o currículo [...]

É problemático o ensino de Serviço Social em espaços de formação que não priorizam efetivamente a lógica da educação, mas prezam exclusivamente a concepção mercantil, sobretudo porque dentre outras questões, resultam no robustecimento da precarização, considerando também que ao concluírem a graduação “tais profissionais poderão exercer a supervisão de campo ou até mesmo a docência, retroalimentando as fragilidades no processo formativo de outros profissionais” (PEREIRA, 2016, p. 46).

Enquanto nas universidades públicas, o REUNI, traçou como objetivo a expansão das vagas de ensino superior público em cinco anos, mas em 2012, verificou-se que os recursos foram consideravelmente abaixo do necessário para assegurar a expansão com qualidade. O REUNI concentra atenção especial à dimensão do ensino e mantém uma expansão das universidades federais cada vez mais distante do campo da pesquisa e da extensão, criando as bases para uma formação também marcada pela ausência de qualidade.

É imprescindível apontar que surgem, como resultados diretos dessa lógica, turmas bastante numerosas, o agravamento do quadro de adoecimento docente decorrente da intensificação e precarização do trabalho destes e o próprio processo de aligeiramento da formação acadêmica que passa a ser marcada por dificuldades a mais na materialização cotidiana da tríade ensino-pesquisa-extensão no cotidiano das universidades.

O estado tem provocado um verdadeiro sucateamento das IFES, seja no sentido da provisão de recursos humanos, que implica em limitar os novos concursos para docentes e técnico-administrativos, ou ainda no que se refere ao financiamento, com explícita redução dos recursos para o campo da formação profissional (AMARAL, 2003).

A princípio os aspectos negativos impetrados nessas estratégias encontram-se, de algum modo, maquiados face ao fortalecido do discurso de

priorização da qualidade do ensino e da aprendizagem contido na ideia da revisão da estrutura acadêmica. Entretanto, ao mencionar como estratégia da proposta conquistar, em metade de uma década, a elevação considerável no número de discentes em fase de conclusão da graduação revela o interesse no que se pode denominar certificação massiva que, por sua vez, não é parâmetro de verificação da qualidade do curso e, conseqüentemente, da formação superior.

A possibilidade de efetivação das Diretrizes curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) se fragiliza intensamente diante dos desmontes das políticas sociais, especialmente da educação superior, que rebate diretamente na qualidade do ensino de Serviço Social, inclusive contribuindo com veemência para o tensionamento do projeto ético-político da categoria profissional, sobretudo por proporcionar uma recorrência à leituras aligeiradas da realidade, fundamentando práticas fatalistas ou messiânicas.

Os rebatimentos desse contexto no Serviço Social ganha especificidade também na pós-graduação, pois:

Há um evidente estímulo e fortalecimento de cursos de curta duração, com autofinanciamento, com os mestrados profissionais. Essa tendência está em consonância com o Processo de Bolonha, que preconiza uma “pós-graduação a serviço do mercado e da competitividade” (BOSCHETTI, 2016, p. 20).

Entretanto, vale frisar que o Serviço Social não assume uma postura passiva diante dos ataques oriundos da ofensiva do capital na contemporaneidade. A categoria profissional desempenha um papel de resistência e combate às investidas neoliberais e, portanto, desastrosas na seara da formação e do exercício profissional, se opondo intransigentemente a implementação de mestrados profissionais no campo do Serviço Social justamente por entender que essa ampliação nada mais é que a própria expressão concreta da ofensiva político-governamental para flexibilizar a formação e submetê-la ao sistema produtivo.

A resistência ocorre também através da defesa intransigente de um projeto de formação que está para além da perspectiva do capital, que robustece a luta por um ensino de qualidade, fundando em uma perspectiva crítica, reflexiva e propositiva, que orienta a construção de um perfil profissional voltado a viabilização dos direitos sociais à população.

4. CONCLUSÃO

A construção de um debate em torno da expansão o ensino superior brasileiro exige, a priori, uma análise densa sobre os traços mais gerais que caracterizam a educação nos moldes da sociedade capitalista, proporcionando indiscutivelmente um entendimento conciso das concepções que regem as práticas educativas com base no movimento sócio histórico e dialético da realidade.

Ao tratar da realidade brasileira, é possível identificar que o sistema educacional vem sofrendo uma significativa metamorfose, especialmente a partir dos anos 1990, cuja base de desencadeamento é o processo de contrarreforma universitária. Logo, essa é uma das mais cristalinas formas de fragilização dos direitos sociais, reafirmando largamente que no contexto atual a educação se caracteriza como uma mercadoria, cujo poder aquisitivo é quem determina as formas de acesso e de formação.

No interior dessa referência analítica, é necessário reafirmar que a formação profissional em Serviço Social encontra-se prejudicada mediante o desenvolvimento das estratégias de mercantilização do ensino superior, sobretudo a partir do ensino privado e a distância, dificultando a plena efetivação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, o que incide diretamente na possibilidade de construção de um perfil profissional significativamente crítico e capaz de realizar leituras e análises concretas da realidade concreta.

Evidenciou-se ao longo desse percurso investigativo que o contexto hodierno também vem rebatendo drasticamente no campo da pós-graduação, especialmente através do reforço a lógica de subsunção ao mercado e o

incentivo a competitividade, que se traduz na expansão significativa de mestrados profissionais nas mais diversas áreas e em todo território nacional como estratégia do governo para atender as necessidades do capital.

Contudo, no tempo histórico presente, hegemonicamente as entidades da categoria profissional de Serviço Social resiste com muita nitidez às ofensivas da política neoliberal em curso na sociedade brasileira, priorizando a necessidade de defender a universidade pública e buscando estratégias para potencializar as lutas coletivas, inclusive nos espaços que envolvem as discussões sobre a pós-graduação, justamente para manter a qualidade no processo de formação e, conseqüentemente, do desenvolver da ação profissional.

5. REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf >, acesso em: 10 Set. 2014, 16: 00: 10.

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; PEREIRA, Eveline Medeiros. **Transformações contemporâneas, educação e realidade brasileira: formação profissional em Serviço Social na experiência do IFCE**. Recife: Imprima, 2016.

AMARAL, N. C. **Financiamento da educação superior: Estado X Mercado**. São Paulo: Cortez; Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências**. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 30 jun. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 6096 de 24 de abril de 2007: Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni**. Brasília, 2007.

BEHRING, E. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da crise do capital na política de educação superior no Brasil no contexto atual. In: SANTOS, C. M.; LEWGOY, A. M. B.; ABREU, M. H. E. **A supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios**. Rio de Janeiro: Ed: Lumen Juris, 2016.

DURIGUETO, M. L. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. Londrina: Planta, 2004.
NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Rodrigo Ferreira. A contra – reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica. **Revista Urutágua – acadêmica multidisciplinar – DCS/UEM**, 2011.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Perfil expansionista do ensino superior brasileiro e impactos na formação profissional em Serviço Social. In: SANTOS, C. M.; LEWGOY, A. M. B.; ABREU, M. H. E. **A supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios**. Rio de Janeiro: Ed: Lumen Juris, 2016.

SOARES, Raquel Cavalcante. **Mundialização do capital e contra-reforma do Estado brasileiro: o importante papel ideológico – político do Banco Mundial**. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2007.